



Câmara Municipal de Aracruz

ESTADO DO ESPÍRITO SANTO

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, LEGISLAÇÃO, JUSTIÇA E REDAÇÃO

PROJETO DE LEI DO LEGISLATIVO Nº 088/2025

EMENTA: Altera dispositivos da Lei nº 4.676, de 27 de dezembro de 2023.

I. RELATÓRIO:

Trata-se de Projeto de Lei do Legislativo tramitando nesta casa legislativa, distribuído à relatoria deste Vereador, no âmbito da Comissão de Constituição, Legislação, Justiça e Redação, para que, dentro de suas atribuições, possa opinar sobre a constitucionalidade, legalidade, juridicidade e técnica legislativa do supracitado projeto com substitutivo que altera dispositivos da Lei nº 4.676, de 27 de dezembro de 2023.

Passo a opinar.

II. DA COMPETÊNCIA DA COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO JUSTIÇA E REDAÇÃO:

Nos termos do Regimento Interno desta Casa Legislativa, compete à Comissão de Constituição, Legislação, Justiça e Redação a análise dos aspectos constitucional, legal, regimental, jurídico e de técnica legislativa das proposições.

Ainda, conforme preconizado no artigo 70, I, "a" e "e" do mesmo diploma legal, à "*Comissão de Constituição, Legislação, Justiça e Redação, cabe, preliminarmente, examinar a admissibilidade de matéria, do ponto de vista da constitucionalidade e da conformidade à Lei Orgânica e ao Regimento Interno*".

Desta forma cabe a esta comissão a análise do presente projeto de Lei do Legislativo em comento.

III. DA COMPETÊNCIA LEGISLATIVA DO MUNICÍPIO:

O artigo 30, incisos I e II da Carta Magna Brasileira contem a previsão da competência legislativa dos municípios, que é exclusiva destes em se tratando de interesse local, configurando flagrante inconstitucionalidade normas federais ou estaduais que tratem sobre o tema.

GABINETE – VEREADOR GUSTAVO ROSSONI

Rua Professor Lobo. 550 – Centro – Aracruz – ES – CEP 29.190-062 Tel.: (27) 3256-9491 Fax: (27) 3256-9492



Autenticar documento em <https://aracruz.cam.municipal.es.gov.br/> autenticidade com o identificador 340032003600380033003A00540052004100, Documento assinado digitalmente conforme art. 4º, II da Lei 14.063/2020.



Câmara Municipal de Aracruz

ESTADO DO ESPÍRITO SANTO

Conforme o art. 18 da Constituição Federal, "a organização político administrativa da República Federativa do Brasil compreende a União, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios, todos autônomos, nos termos desta Constituição".

Em complemento, o art. 29, caput e inciso XI da Constituição Federal garante aos municípios a autonomia política, administrativa e financeira, e determina que suas Câmaras Municipais elaborarão a lei orgânica, atendidos os princípios estabelecidos na Constituição e na Constituição do respectivo Estado, sobre assuntos de sua competência, incluindo sua organização e funcionamento, com destaque para a organização das funções legislativas e fiscalizadoras da Câmara Municipal.

Nesse sentido, em acato ao princípio da simetria, o art. 8º da Lei Orgânica do Município de Aracruz dispõe que:

Art. 8º Ao Município de Aracruz compete prover a tudo quanto respeite ao seu interesse local e ao bem-estar de sua população, cabendo-lhe, privativamente, entre outras as seguintes atribuições:

I - legislar sobre assunto de interesse local;

II - suplementar a legislação federal e estadual no que couber;

[...]

V - dispor sobre a organização e a execução de seus serviços públicos;

VI - organizar o quadro e estabelecer o regime jurídico de seus servidores;

Dessa forma, a proposição legislativa encontra respaldo nos dispositivos constitucionais que conferem ao Município de Aracruz competência para legislar sobre assuntos de interesse local, em especial legislar sobre a organização administrativa do Poder Legislativo municipal, inexistindo qualquer vício de iniciativa ou usurpação de competência.

IV. DA INICIATIVA LEGISLATIVA:

É certo que, via de regra, a iniciativa legislativa é geral, o que garante ao povo, vereadores, comissões e ao Prefeito a elaboração de leis municipais.

GABINETE – VEREADOR GUSTAVO ROSSONI

Rua Professor Lobo. 550 – Centro – Aracruz – ES – CEP 29.190-062 Tel.: (27) 3256-9491 Fax: (27) 3256-9492



Autenticar documento em <https://aracruz.cam.mec.sp.gov.br> ou Site: www.cam.mec.sp.gov.br
com o identificador 340032003600380033003A00540052004100, Documento assinado digitalmente conforme art. 4º, II da Lei 14.063/2020.



Câmara Municipal de Aracruz

ESTADO DO ESPÍRITO SANTO

Entretanto, não se pode olvidar, que não só a Carta Magna Brasileira, como também a Lei Orgânica do Município de Aracruz trazem consigo matérias cuja competência é privativa do Poder Executivo, ou seja, apenas e tão somente a ele cabe a elaboração de determinadas matérias.

É o que chamamos de reserva de iniciativa, prevista no artigo 61, §1º da CRFB e artigo 30, parágrafo único, incisos I, II e IV, *in verbis*:

Art. 61. A iniciativa das leis complementares e ordinárias cabe a qualquer membro ou Comissão da Câmara dos Deputados, do Senado Federal ou do Congresso Nacional, ao Presidente da República, ao Supremo Tribunal Federal, aos Tribunais Superiores, ao Procurador-Geral da República e aos cidadãos, na forma e nos casos previstos nesta Constituição.

§ 1º São de iniciativa privativa do Presidente da República as leis que:

I - fixem ou modifiquem os efetivos das Forças Armadas;

II - disponham sobre:

- a) criação de cargos, funções ou empregos públicos na administração direta e autárquica ou aumento de sua remuneração;*
- b) organização administrativa e judiciária, matéria tributária e orçamentária, serviços públicos e pessoal da administração dos Territórios;*
- c) servidores públicos da União e Territórios, seu regime jurídico, provimento de cargos, estabilidade e aposentadoria;*
- d) organização do Ministério Público e da Defensoria Pública da União, bem como normas gerais para a organização do Ministério Público e da Defensoria Pública dos Estados, do Distrito Federal e dos Territórios;*
- e) criação e extinção de Ministérios e órgãos da administração pública, observado o disposto no art. 84, VI;*
- f) militares das Forças Armadas, seu regime jurídico, provimento de cargos, promoções, estabilidade, remuneração, reforma e transferência para a reserva.*

Art. 30. A iniciativa das leis cabe a qualquer membro ou comissão da Câmara Municipal, ao Prefeito e aos cidadãos, satisfeitos os requisitos estabelecidos nesta lei.

Parágrafo único. São de iniciativa privativa do Prefeito Municipal as leis que

GABINETE – VEREADOR GUSTAVO ROSSONI

Rua Professor Lobo. 550 – Centro – Aracruz – ES – CEP 29.190-062 Tel.: (27) 3256-9491 Fax: (27) 3256-9492



Autenticar documento em <https://aracruz.cam.maspape.com.br/> autenticidade
com o identificador 340032003600380033003A00540052004100, Documento assinado digitalmente
conforme art. 4º, II da Lei 14.063/2020.



Câmara Municipal de Aracruz

ESTADO DO ESPÍRITO SANTO

disponham sobre:

I - criação de cargos, funções ou empregos públicos na administração direta, autárquica e fundacional do Poder Executivo ou aumento de sua remuneração;

II - organização administrativa, matéria tributária e orçamentária, serviços públicos e pessoal da administração;

III - servidores públicos do Poder Executivo, seu regime jurídico, provimento de cargos, estabilidade e aposentadoria, ressalvado o disposto no art. 22;

IV - criação e atribuições das Secretarias Municipais e Órgãos do Poder Executivo.

Inclusive, o art. 51, inciso IV da Constituição Federal atribui à Câmara dos Deputados a competência para “dispor sobre sua organização, funcionamento, polícia, criação, transformação ou extinção dos cargos, empregos e funções de seus serviços, e fixar-lhes a respectiva remuneração”, competência esta que foi reproduzida no âmbito municipal pela Lei Orgânica, em seu art. 22, III, bem como regulamentada pelo Regimento Interno, em seu art. 32, I:

Art. 22. À Câmara Municipal compete privativamente, entre outras, as seguintes atribuições: [...] III - organizar seus serviços administrativos e prover os respectivos cargos; (Redação dada pela Emenda à Lei Orgânica nº 26/2023)

Art. 32. Compete à Mesa da Câmara Municipal de Aracruz, privativamente, em colegiado:

I - propor ao Plenário Projeto de Lei que crie, transforme e extinga cargos, empregos ou funções da Câmara Municipal, bem como fixe as correspondentes remunerações e vencimentos iniciais;

Diante do exposto, conclui-se que compete, com exclusividade, à Mesa Diretora da Câmara Municipal de Aracruz a iniciativa de projeto de lei que vise tratar da organização administrativa do referido órgão.

V. DA CONSTITUCIONALIDADE MATERIAL E DA LEGALIDADE:

Especificamente quanto a constitucionalidade material e formal, não vislumbro

GABINETE – VEREADOR GUSTAVO ROSSONI

Rua Professor Lobo. 550 – Centro – Aracruz – ES – CEP 29.190-062 Tel.: (27) 3256-9491 Fax: (27) 3256-9492



Autenticar documento em <https://aracruz.cam.munic.sp.gov.br/> com o identificador 340032003600380033003A00540052004100, Documento assinado digitalmente conforme art. 4º, II da Lei 14.063/2020.



Câmara Municipal de Aracruz

ESTADO DO ESPÍRITO SANTO

qualquer violação a princípios ou regras de ordem constitucional ou legal, nem ainda incompatibilidade com as normas infraconstitucionais que regulam a matéria.

Não obstante, o art. 32, XV, do Regimento Interno da Câmara Municipal de Aracruz dispõe que **competem à Mesa Diretora nomear, promover, conceder gratificações, pôr em disponibilidade, demitir e aposentar servidores, assinando, por sua maioria, os respectivos atos**. Trata-se de dispositivo que confere **competência colegiada à Mesa para todos os atos de pessoal**.

Ainda que o texto não mencione expressamente a “substituição”, em homenagem aos princípios da segurança jurídica e colegialidade, tais atos integram a categoria de gestão de pessoal, pois envolvem provisão temporária de função e modificação transitória da hierarquia interna.

Dessa forma, há relação direta e lógica entre o art. 32, XV do RI e os atos de substituição, uma vez que ambos dizem respeito à movimentação funcional e à gestão administrativa do quadro.

Então, ainda que não haja uma norma expressa que determine, de modo taxativo, qual órgão deve editar o ato de substituição, diante da omissão normativa quanto à autoridade competente, **a interpretação deve se apoiar primordialmente nos princípios da colegialidade e da segurança jurídica (art. 37, caput, da Constituição Federal e art. 31 do RI)**.

Ressalte-se que, na praxe administrativa vigente, **os atos de substituição são assinados pela Mesa Diretora, seguindo a mesma sistemática dos demais atos de pessoal previstos no art. 32, XV, do Regimento Interno**.

Tal prática consolidada reforça a compreensão de que a competência é exercida de forma colegiada, e que o ato isolado da Presidência representaria ruptura do modelo atualmente adotado e potencial risco de nulidade por vício de competência.

Por essa razão, necessária a edição de emenda para **substituir** em todos os dispositivos a expressão: “... salvo se outro servidor for designado pela Presidência para responder pelo cargo.”, **passando a constar** “... salvo se outro servidor, que atenda aos requisitos

GABINETE – VEREADOR GUSTAVO ROSSONI

Rua Professor Lobo. 550 – Centro – Aracruz – ES – CEP 29.190-062 Tel.: (27) 3256-9491 Fax: (27) 3256-9492



Autenticar documento em <https://aracruz.cam.maspapeiro.br> com o identificador 340032003600380033003A00540052004100, Documento assinado digitalmente conforme art. 4º, II da Lei 14.063/2020.



Câmara Municipal de Aracruz

ESTADO DO ESPÍRITO SANTO

legais do cargo, for designado, **mediante ato da Mesa Diretora**, para responder pelo cargo."

VI. DO PROCEDIMENTO DE DELIBERAÇÃO:

Por se tratar de projeto de lei ordinária deve ser observado o quórum de MAIORIA SIMPLES para aprovação, desde que presentes a maioria absoluta dos vereadores em plenário.

VII. DA TÉCNICA LEGISLATIVA:

A Constituição Federal estabeleceu, no parágrafo único do seu artigo 59, a necessidade da edição de lei complementar sobre a elaboração, a alteração, a redação e a consolidação das leis, o que se consumou com a promulgação da LC nº 95/98. Tal norma atendeu tais preceitos e estabeleceu diretrizes para a organização do ordenamento jurídico. Analisando o projeto de lei, observo que a proposição está em conformidade com a referida norma.

Entretanto, a fim de **assegurar intactos e invioláveis os princípios da segurança jurídica e colegialidade, bem como evitar qualquer nulidade por vício de competência**, necessária a edição de emenda para **substituir** em todos os dispositivos a expressão: "... salvo se outro servidor for designado pela Presidência para responder pelo cargo.", **passando a constar** "... salvo se outro servidor, que atenda aos requisitos legais do cargo, for designado, **mediante ato da Mesa Diretora**, para responder pelo cargo."

VIII. CONCLUSÃO:

Ante o todo o anteriormente exposto, nos termos da fundamentação lançada neste parecer, entendo que o Projeto de Lei do Legislativo nº 088/2025 de autoria da Mesa Diretora, está em consonância com o ordenamento jurídico brasileiro, razão pela qual esta Relatoria se manifesta pela **CONSTITUCIONALIDADE e LEGALIDADE da proposição** com a emenda oportunamente sugerida.

GUSTAVO ROSSONI
Vereador - AGIR

GABINETE – VEREADOR GUSTAVO ROSSONI

Rua Professor Lobo. 550 – Centro – Aracruz – ES – CEP 29.190-062 Tel.: (27) 3256-9491 Fax: (27) 3256-9492



Autenticar documento em <https://aracruz.cam.mec.sp.gov.br/> autenticidade
com o identificador 340032003600380033003A00540052004100, Documento assinado digitalmente
conforme art. 4º, II da Lei 14.063/2020.

PROTOCOLO DE ASSINATURA(S)

O documento acima foi assinado eletronicamente e pode ser acessado no endereço <https://aracruz.camarasempapel.com.br/autenticidade> utilizando o identificador 340032003600380033003A00540052004100

Assinado eletronicamente por **GUSTAVO ROSSONI BARCELOS** em 15/12/2025 10:27

Checksum: **E84DB9027526C2E59DD242A2F231265545C76BFF578AE5881D4FC22F00B309A6**

Assinado eletronicamente por **JOSÉ GOMES DOS SANTOS** em 15/12/2025 11:57

Checksum: **E004F2578069A104219469CD1B13E5F71832900616F62E8B07E9289C2D7BAC3B**

Assinado eletronicamente por **JOSÉ EDILSON SPINASSÉ** em 15/12/2025 12:15

Checksum: **0423C4E17877343D0E30E1956DC4FC2278A19DB511B9F9BA9674E04AF457B4FE**

